

Nova votação será evitada

por Marcos Magalhães
de Brasília

Após uma votação tão rápida quanto polêmica no plenário do Congresso Nacional, o projeto de Orçamento da União para 1989 pode subir à sanção presidencial sem passar por um degrau antes previsto no próprio cronograma da comissão mista de orçamento: a aprovação do texto final. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da comissão, defendeu ontem, junto ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso, a tese segundo a qual esse passo não é necessário.

"Se posso simplificar o processo, por que é que vou esperar pelas incertezas do último dia do ano legislativo, quando ninguém garante que teremos quorum?", questiona Carvalho. "Não vou dar oportu-

nidade aos Nilton Friedrich da vida de ganhar as manchetes dos jornais", disse.

O deputado referia-se ao parlamentar do PSDB do Paraná que protestou, na última quarta-feira, quando o senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), então presidindo a sessão do Congresso, declarou aprovado o projeto de orçamento, em manobra tão rápida que não lhe deixou tempo para defender destaque do deputado José Serra (PSDB-SP) que suprimia destinação de verbas à ferrovia Norte-Sul.

Para justificar a nova manobra, Carvalho evoca o artigo 51 do regimento comum do Congresso, segundo o qual um projeto que tenha sido aprovado sem emendas ou segundo um substitutivo integral, como foi o caso, não necessitaria de aprovação do texto final, nem pela própria

comissão — como previa o cronograma inicial — nem pelo plenário. "Em minha opinião, não é necessária a aprovação do texto final", afirma o deputado. "Pretendo entregar o projeto ao presidente do Congresso em condição de receber as assinaturas necessárias ao seu envio à sanção pelo presidente da República."

No Palácio do Planalto, contudo, ninguém ainda tinha idéia da feição definitiva do projeto aprovado pelo Congresso. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, afirmou que não tem condições de prever se o texto poderá ser vetado pelo presidente José Sarney, em virtude da sistemática adotada para a rolagem das dívidas externas dos estados. "Sem ter os números do projeto em mãos, não podemos dizer nada", esquivou-se.